

BOLETIM 521

Brasília, 1º de março de 2018

OLHA AÍ OS PRIMEIROS ESTRAGOS DA REFORMA TRABALHISTA

IBGE: Trabalho formal tem queda de 1,7%

O nível de formalidade no mercado está caindo e a quantidade de trabalhadores com carteira assinada chegou a 33,296 milhões no trimestre móvel terminado em janeiro de 2018. O número é estável em relação ao trimestre móvel anterior - de agosto a outubro de 2017 -, mas apresenta queda de 1,7% em relação ao período de novembro de 2016 a janeiro de 2017.

Os dados estão na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua) e foram divulgados nesta quarta-feira (28), no Rio de Janeiro, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Os números apontam estabilidade do desemprego na comparação trimestral, com taxa de 12,2% no trimestre móvel e 12,7 milhões de pessoas desocupadas no país.

Segundo o coordenador de Trabalho e Rendimento do IBGE, Cimar Azeredo, a estabilidade na taxa de desocupação do mercado de trabalho brasileiro é normal para o período por conta da sazonalidade referente às festas de fim de ano, quando ocorre a dispensa de trabalhadores temporários. Ele destaca que, na comparação anual, houve redução de 562 mil trabalhadores com carteira assinada, o que corresponde a 1,7%.



Brasil tem 12,7 milhões de desempregados

A taxa de desemprego ficou em 12,2% no trimestre encerrado em janeiro, o que representa 12,7 milhões de pessoas desocupadas. O índice é estável na comparação com o trimestre anterior, de agosto a outubro de 2017.

Os dados estão sendo detalhados pelo IBGE, que divulga a Pnad Contínua. Na comparação com o mesmo período do ano anterior, entre novembro de 2016 e janeiro de 2017, a taxa apresentou queda de 0,4%.

A população desempregada ficou em 12,7 milhões de pessoas e o nível de ocupação no país é de 54,2%, num total de 91,7 milhões de pessoas. Na comparação com o mesmo período do ano anterior, houve aumento de 2,1% no nível de ocupação, com 1,8 milhão a mais de pessoas.

Também na comparação com o trimestre móvel de novembro de 2016 a janeiro de 2017, o IBGE mostra que houve queda de 1,7% no número de trabalhadores com carteira assinada, enquanto empregados sem carteira assinada subiram no período 5,6%, abrangendo 581 mil pessoas.

Fonte: Agência Brasil



Cai desemprego em SP porque reduziu o número de pessoas buscando trabalho

A taxa de desemprego caiu na região metropolitana de São Paulo. Saiu de 16,9% em dezembro para 16,2% em janeiro.

Mas isso não significa que mais vagas de trabalho foram abertas. Na verdade, a queda se deu porque muitas pessoas saíram do mercado de trabalho. São 137 mil pessoas a menos procurando emprego na Grande São Paulo.

Alexandre Loloian, economista do SEADE, o Sistema Estadual de Análise de Dados, explica que a queda nas taxas de desemprego ainda não significa a retomada dos empregos.

O nível de ocupação também caiu 0,4%. Isso significa que foram fechadas vagas de trabalho. Em dezembro havia 9 milhões e 130 mil pessoas. Esse número passou para 9 milhões e 90 mil. Indústria, serviços e **construção** foram os setores que mais perderam vagas.

A Pesquisa de Emprego e Desemprego, é feita pelo DIEESE, O Departamento intersindical de estatística e pela Fundação SEADE.

Fonte: Portal EBC

Renda familiar per capita em 2017 foi de R\$ 1.268

A renda familiar média per capita (por membro da família) no país foi de R\$ 1.268 em 2017, segundo dados divulgados nesta quarta-feira (28) pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A maior renda foi observada no

Distrito Federal: R\$ 2.548, o dobro da média nacional.

Já a menor renda foi registrada no Maranhão: R\$ 597, menos da metade da média nacional e um quarto da média do Distrito Federal.

Os valores são calculados com base na Pnad Contínua e enviados ao Tribunal de Contas da União (TCU). A renda familiar per capita é usada para se estabelecer os critérios de rateio do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal (FPE).

Fonte: Agência Brasil

Congresso instala na 3ª comissão mista da MP 808/17 (Ref. Trabalhista)

Editada pelo governo em novembro, a MP 808/17, que altera pontos da Reforma Trabalhista, configurada na Lei 13.467/17, terá sua comissão mista instalada na próxima terça-feira (6). Com a instalação do colegiado deverão ser eleitos o presidente (senador) e vice-presidente (deputado) dos trabalhos; e, ainda serem designados o relator (deputado) e relator-revisor (senador) da proposta.

Desse modo, na próxima semana a matéria começará, efetivamente, a ser discutida pelo Congresso Nacional. O texto recebeu mais de 900 emendas e vai reacender o debate em torno da Reforma Trabalhista, que começou a vigorar em 11 de novembro e ainda causa muitas e controversas dúvidas.

O movimento sindical deverá, a despeito das dificuldades de atuação para alterar a lei



celerada no Congresso, manter firme posição contra o desmonte da estrutura sindical via asfixia financeira.

Controvérsia - O deputado Rogério Marinho (PSDB-RN) pleiteia a relatoria da MP. Marinho foi relator do projeto (PL 6.787/16) na Câmara dos Deputados. O presidente do Congresso, senador Eunício Oliveira (MDB-CE) discorda do nome de Marinho, pois o deputado disse não ter compromisso com o acordo realizado no Senado para alterar a Lei 13.467/17.

A indicação do relator, pelo presidente da comissão mista, vai passar por esse impasse e o movimento sindical precisa atuar para que o responsável pelo texto não seja alguém que tenha preconceito com a organização dos trabalhadores, como é o caso do deputado Rogério Marinho.

Fonte: Diap

ARTIGO

A quem interessa desproteger os trabalhadores?

*Carlos Alberto Schmitt de Azevedo**

Em pleno horário nobre, a TV Globo apresentou, durante o Jornal Nacional, uma reportagem completa incentivando a desproteção dos trabalhadores, frente à legislação trabalhista vigente. Claramente, a TV Globo, estimulada pelo poder econômico, contribui para a extinção da proteção social garantida pelo trabalho histórico das entidades sindicais no âmbito da assistência social, administrativa e jurídica, destinada aos trabalhadores. Com certeza, podemos afirmar que a TV Globo é grande incentivadora neste processo,

considerando que ela é forte disseminadora da terceirização e da pejotização no seu próprio quadro de trabalhadores.

Em nenhum momento durante a reportagem, a TV Globo concedeu fala para a Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra), ao Tribunal Superior do Trabalho (TST), do Ministério Público do Trabalho (MPT) ao Supremo Tribunal Federal (STF) ou para a assessoria jurídica do movimento sindical. Ou seja, a reportagem que deveria ser imparcial e mostrar o parecer dos dois lados do tema abordado, foi totalmente tendenciosa e deu voz apenas para o lado que lhe interessava.

O subsídio concedido uma vez ao ano pelos trabalhadores para manter a luta em defesa dos direitos da própria classe, foi defendido pelo Supremo Tribunal Federal (STF) em Ação de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF). Reconhecendo assim, a aplicação do disposto nos artigos 146 e 149 da Constituição Federal.

Em outubro do ano passado, a Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho organizou um congresso, focado na magistratura do trabalho, com 600 participantes, inclusive advogados ligados a sindicatos, em que foi aprovado um enunciado que diz que as contribuições sindicais têm natureza de tributo, tanto que uma parte vai para a União (10% do total). Ou seja, se a contribuição é tributo, ela só poderia ser suprimida por lei complementar, e não por lei ordinária, como foi feita a reforma trabalhista.

A Anamatra também afirma que a legislação trabalhista vigente fere os princípios constitucionais, as convenções internacionais, os tratados internacionais de direitos humanos dos quais o Brasil faz parte. Ou seja, nenhuma lei que

provoque conflito com a Constituição Federal pode ser aplicada. A Constituição é soberana à lei da reforma trabalhista e não permite que a nova legislação possa ser colocada em prática.

A reportagem foi divulgada justamente no período de cobrança sindical para manter a luta em defesa dos trabalhadores durante todo o ano. A quem realmente interessa tamanha desproteção social? A quem os trabalhadores irão recorrer quando o trabalho intermitente, a terceirização e a pejotização imperar nas relações de trabalho? Quem irá defender os trabalhadores quando direitos básicos forem extintos, como FGTS, 13º salário, férias, horas extras, licença-maternidade, auxílio-doença, entre outros?

É importante ressaltar que, até o momento, todos os pareceres apresentados por ministros, juízes e procuradores do mundo do trabalho foram favoráveis à classe trabalhadora. Favoráveis à continuidade da luta sindical, da proteção social, da defesa de direitos básicos e da dignidade nas relações de trabalho.

Fragilizado, será inviável para o movimento sindical dar continuidade ao trabalho de defesa de direitos em médio e longo prazo. Contrário ao falso discurso de crescimento da empregabilidade, estaremos diante de uma nação escravizada. É preciso conscientizar os trabalhadores sobre o real papel das entidades sindicais e de suas conquistas históricas. Os trabalhadores merecem respeito.

(*) Presidente da Confederação Nacional das Profissões Liberais (CNPL)

Fonte: Diap



CENTRAIS: É legal autorizar contribuição sindical em assembleia

Os dirigentes sindicais Wagner Gomes e João Carlos Gonçalves, o Juruna, rebateram editorial publicado nesta quarta-feira (28) no jornal O Estado de S.Paulo intitulado “O sindicato contra os trabalhadores”. Segundo os representantes de centrais sindicais, as assembleias que tem sido realizadas pelo país autorizando o desconto da contribuição sindical não violam a nova lei trabalhista, como afirma o jornal paulista.

Por Railídia Carvalho

Secretário geral da Central de Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB), Wagner lembrou que a lei 13.467 estabelece que é necessário a autorização prévia. “O texto da lei não pede autorização individual diz que tem que ser autorizado e, portanto, a assembleia é o melhor espaço porque é nela que os trabalhadores decidem suas campanhas e lutas por direitos.”, disse o dirigente. De acordo com ele, as assembleias tem reunido grande número de trabalhadores.

“A assembleia é um instrumento real de poder dos trabalhadores para se ter um consenso. Isso inclusive é copiado nos condomínios onde os diretores do Estadão vivem, onde tudo é decidido, não tem como recorrer. Se você quer tomar uma decisão vá à assembleia. Talvez os diretores do Estadão precisem frequentar mais as assembleias nos seus condomínios”, ironizou Juruna.

Na opinião dele, a posição do Estadão é um tiro no pé porque uma regra do capitalismo é ter instrumentos de negociação. Juruna enfatizou que o Estadão precisa voltar às origens. Um dos marcos na história do jornal é a atuação como mediador na greve de 1917. “Como defensor do capitalismo, o jornal sabe muito bem que o sindicalismo nasceu no capitalismo para buscar negociação. Para isso o sindicato tem que ter peso e força o que só acontece se tiver receita, renda e o financiamento tem que vir dos trabalhadores”.

“O Estadão é um jornal a serviço do patrão”, disparou Wagner. Segundo ele, a grande mídia apoia o golpe contra os trabalhadores para facilitar a vida de uma parte do empresariado que quer precarizar e retirar direitos. Enfraquecer os sindicatos faz parte da estratégia.

Trabalhador representado pelo sindicato ganha 5 vezes mais do que está na lei, disse o secretário da CTB. “Não há dúvidas e já foi comprovado que os sindicatos são responsáveis pelo aumento salarial e o aumento dos benefícios de todos os trabalhadores. Se não tivesse o sindicato e fosse cumprir só a lei, seguramente os trabalhadores não teriam os direitos que têm hoje conquistados com a luta do sindicato e das centrais”, enfatizou Wagner.

Fonte: Portal Vermelho



Sindicalistas elogiam nova postura do TST e buscam diálogo sobre lei trabalhista

Após sua posse na presidência do Tribunal Superior do Trabalho (TST), João Batista Brito Pereira recebeu terça (27) representantes de Centrais, Confederações, Federações e Sindicatos. No encontro, ele reiterou aos sindicalistas que uma comissão interna do TST vai discutir a adaptação das normas da Casa à nova lei trabalhista.

No início de fevereiro, o então presidente da Corte Ives Gandra Martins Filho tentou impor, mas não obteve sucesso, um relatório sobre adaptações de Súmulas e orientações jurisprudenciais que tinha severas críticas do movimento sindical. Agora, os dirigentes aguardam que esse debate seja iniciado, para expor de forma mais incisiva suas preocupações com os reflexos negativos da Lei 13.467/2017 no mundo do trabalho.

A Agência Sindical segue ouvindo as opiniões e expectativas do sindicalismo. O advogado da Confederação Nacional dos



Trabalhadores em Estabelecimentos de Educação e Cultura (Cnteec), Cristiano Meira, avalia que a postura manifestada pelo novo presidente do TST, num cenário tão sombrio, contribui para renovar a luta pela sobrevivência das entidades sindicais.

Adaptações - Para o presidente da CSB, Antônio Neto, é indispensável a participação do movimento sindical na discussão das adaptações que a Corte vai proceder na lei. “Podemos levar fatos do nosso dia a dia, para que os ministros tenham a real dimensão das consequências da reforma”.

Diálogo - O presidente da UGT, Ricardo Patah, afirma que “ministro demonstrou muita sensibilidade e, diferente do anterior, preocupação com as mudanças aprovadas pelo Legislativo”. “Vamos ter uma série de conversas a partir de agora para chegarmos a um entendimento mais pragmático sobre os impactos da medida”, diz.

Miguel Torres, vice-presidente da Força Sindical, acredita que será fundamental manter as portas do TST abertas nesse momento de dificuldade. “É um avanço manter esse diálogo e ter um TST agora aberto aos trabalhadores”, avalia.

Fonte: Agência Sindical

Ministro Brito Pereira participa de reunião com juízes do trabalho

A convite da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra), o presidente do Tribunal Superior do Trabalho, ministro Brito Pereira, participou, nesta quarta-

feira (28), de reunião na sede da entidade com presidentes das Associações Regionais de Magistrados do Trabalho (Amatras).

No encontro, o presidente do TST ressaltou que tem como prioridade fortalecer a Justiça do Trabalho e o diálogo com seus integrantes. “Nossa conversa aqui é em torno de propostas e de ideias, que procurarei amadurecer e discutir com o colegiado no TST”, afirmou.

Para o ministro, a valorização da Justiça do Trabalho passa pelo aperfeiçoamento da interlocução com a sociedade e com o parlamento. “É o Congresso Nacional que tem o poder de criar a lei. Temos de levar muito a sério o que os parlamentares nos dizem, assim como nós levamos a sério o que é dito a nosso favor”, assinalou.

Sobre a adequação da jurisprudência à Reforma Trabalhista (Lei 13.467/2017), o ministro Brito Pereira disse que a comissão especial criada no TST para esse fim está trabalhando de forma criteriosa para garantir a segurança jurídica, principalmente no que diz respeito ao direito intertemporal. A independência dos juízes, segundo ele, será preservada. “Tudo farei, como presidente do TST e como juiz, para evitar que qualquer entendimento possa afetar essa independência”, garantiu.

Após o ministro responder a perguntas dos juízes presentes e ouvir sugestões, o presidente da Anamatra, Guilherme Feliciano, encerrou o encontro se prontificando a colaborar com a nova Administração do TST. “Vossa Excelência pode esperar toda lealdade, toda transparência, todo respeito e o nosso maior espírito de colaboração”, concluiu o juiz.

Fonte: TST



Privatização do setor elétrico em debate no Senado

A Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal promoverá nova audiência pública para discutir a privatização do setor elétrico. Requerimento nesse sentido foi aprovado nesta quarta-feira (28).

O senador Paulo Paim (PT-RS), autor do pedido, lembrou que a discussão sobre eletricidade, luz e combustíveis como gás é um tema que está na pauta de diversos países.

— Vamos aproveitar quando debatermos esse tema para aprofundar debate sobre o próprio gás e sobre a própria gasolina, que a gasolina por exemplo teve em torno de 130 aumentos. O gás praticamente dobrou de preço — afirmou o senador.

A senadora Regina Sousa (PT-PI), presidente da CDH, e o senador Hélio José (Pros-DF) também subscreveram o pedido. A data da audiência ainda será definida.

Fonte: Agência Senado

BOLETIM CONTRICOM

Presidente

ALTAMIRO PERDONÁ

Secretário Geral

MIRALDO VIEIRA DA SILVA

Secretário de Finanças

AROLDO PINTO GARCIA

Secretário para Assuntos de Comunicação

WILSON GERALDO SALES DA SILVA

Redação e Edição

INSTITUTO DOIS CANDANGOS